

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 357**

Período: 14/11/2009 – 20/11/2009

GEDES – Brasil

- 1- Relatório indica novos possíveis locais de sepultamento de guerrilheiros na região do Araguaia
- 2- Plano Nacional de Direitos Humanos gera divergências entre ministros
- 3- Editorial critica vigilância nas fronteiras brasileiras
- 4- Lula afirma que Parceria Estratégica com a França inclui caças Rafale
- 5- Forças Armadas brasileiras realizam exercício conjunto
- 6- Brasil e China fecham acordo de cooperação militar
- 7- Em declaração conjunta, Brasil e Argentina defendem soberania e integridade territorial dos países da região
- 8- Deputado federal analisa documento polêmico com relação ao acordo militar entre Estados Unidos e Colômbia
- 9- Governador do Rio conclama ação das Forças Armadas no combate ao tráfico de armas
- 10- Forças Armadas auxiliarão na segurança das provas do Enem
- 11- Justiça Militar será responsável por julgar crimes ocorridos em decorrência da Lei do Abate

1- Relatório indica novos possíveis locais de sepultamento de guerrilheiros na região do Araguaia

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo* de 14/11/09, três novos possíveis locais de sepultamento clandestino de guerrilheiros desaparecidos durante o conflito do Araguaia (1972-1975) foram incluídos no relatório final do Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), formado pelo governo federal para localizar as ossadas dos desaparecidos. O grupo, integrado por civis e militares, apontou dois cemitérios –o Xambioá e o São Geraldo do Araguaia– no município de Brejo Grande, estado do Pará, como a possível localização das sepulturas clandestinas. Os pontos foram indicados por coveiros, de maneira específica e detalhada, mas não foram realizadas escavações no local porque o trabalho em campo já estava sendo finalizado. As escavações estão suspensas até os meses de maio ou abril de 2010 por causa do início da temporada de chuvas na região do Araguaia. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 14/11/09*).

2- Plano Nacional de Direitos Humanos gera divergências entre ministros

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, deverá divulgar no dia 09/12/09 o novo Plano Nacional de Direitos Humanos. Entretanto, uma parte do documento tem gerado divergências entre Paulo Vannuchi e Nelson Jobim, ministros da Secretaria Especial de Direitos Humanos e da Defesa, respectivamente. O embate entre os ministros refere-se à criação de uma comissão nacional com poderes para apurar crimes ocorridos no período do regime militar (1964-1985) e responsabilizar os culpados, a qual teria o nome de “Comissão da Verdade e

Justiça”. Vannuchi é a favor da comissão, argumentando que tal órgão seria uma resposta às famílias dos torturados e mortos no período. Entretanto, Jobim se posicionou de maneira contrária, a fim de evitar revanchismos e desavenças com os militares. De acordo com o jornal, o ministro da Defesa tem mantido uma relação de mútuo apoio com os membros das Forças Armadas. Sobre os possíveis arquivos que seriam analisados pela Comissão da Verdade de Justiça, Vannuchi alega que eles ainda podem ser encontrados, porém Jobim afirma que os documentos já foram eliminados. Nos próximos dias os ministros deverão ajustar seus posicionamentos, haja vista que eles deverão se encontrar para tratar sobre mudanças a serem inseridas no Plano Nacional de Direitos Humanos. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 15/11/09).

3- Editorial critica vigilância nas fronteiras brasileiras

Segundo editorial da *Folha de S. Paulo*, a tentativa por parte do Brasil de inspecionar suas fronteiras não é satisfatória. Em operação ocorrida entre os dias 09 e 13/11/09, o Exército procurou apreender armamentos e drogas oriundos da Bolívia e Paraguai, que entravam no Brasil pelas fronteiras dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A *Folha* ressaltou que se as constantes inspeções nas regiões fronteiriças fossem satisfatórias, não seria necessária a realização desse tipo de operação. De acordo com o jornal, a tendência de envolver as Forças Armadas nesse tipo de missão deverá continuar, pois a Estratégia Nacional de Defesa prevê "adensar a presença do Exército, da Marinha e da Força Aérea nas fronteiras" em "tarefas de vigilância". Além disso, está em trâmite um projeto de lei que permite a Aeronáutica e a Marinha revistarem aviões e embarcações e, se necessário, dar ordem de prisão aos tripulantes; ao passo que ao Exército pretende-se atribuir "poder de polícia". O editorial concluiu, no entanto, que tais atribuições dificilmente garantirão a vigilância eficiente das fronteiras terrestres brasileiras, a qual necessita a presença constante e ostensiva, seja da Polícia Federal, seja das Forças Armadas. (Folha de S. Paulo – Editoriais – 15/11/09).

4- Lula afirma que Parceria Estratégica com a França inclui caças Rafale

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva relatou à imprensa que enfatizou, durante sua visita ao presidente francês Nicolas Sarkozy, no Palácio do Eliseu, a importância da Parceria Estratégica com a França. Além disso, Lula mencionou que os caças Rafale também fizeram parte da parceria firmada entre os dois países. De acordo com o jornal, o presidente brasileiro, que assinou um documento que assegurando à Dassault e à França 'negociações privilegiadas' no mês de setembro de 2009, continua demonstrando sua preferência pelos caça franceses nas negociações do projeto FX-2. (O Estado de S. Paulo – Nacional - 16/11/09).

5- Forças Armadas brasileiras realizam exercício conjunto

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 16/11/09 as Forças Armadas brasileiras iniciaram um exercício de simulação da defesa de instalações de petróleo no mar e da tomada de uma usina hidrelétrica no rio Uruguai, entre as cidades de Itá (estado de Santa Catarina) e Aratiba (estado do Rio Grande do

Sul). No exercício conjunto, que se encerrará no dia 27/11/09, a usina de Itá está instalada na divisa imaginária entre os dois países em litígio e é binacional, em alusão à usina de Itaipu, objeto de polêmicas entre o Brasil e o Paraguai. De acordo com o general-de-brigada Antônio Carlos Krieger, o exercício não causará um mal-estar político com o país vizinho porque as atividades serão realizadas longe da fronteira. A simulação envolve um total de 8.000 militares e os custos da operação não foram informados. (Folha de S. Paulo – Brasil – 17/11/09).

6- Brasil e China fecham acordo de cooperação militar

Conforme noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, os ministros da Defesa do Brasil e da China, Nelson Jobim e Liang Guanglie, respectivamente, firmaram em 18/11/09 um acordo que visa a reforçar as relações militares entre os dois países. Com isso, pretende-se ampliar a cooperação para treinamento, aumentar o intercâmbio, trocas de tecnologia e visitas recíprocas. De acordo com Jobim, Brasil e China são os países em desenvolvimento que mais estão em destaque em seus respectivos hemisférios. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/11/09).

7- Em declaração conjunta, Brasil e Argentina defendem soberania e integridade territorial dos países da região

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e a presidenta da Argentina, Cristina Kirchner, assinaram no dia 18/11/09 uma declaração oficial conjunta na qual afirmaram que a presença de bases militares “é incompatível com a soberania e a integridade territorial dos países da região”. O documento, no entanto, não citou o polêmico acordo que ampliou a instalação de bases militares dos Estados Unidos na Colômbia, mas ressaltou preocupação dos países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) em relação à presença militar norte-americana na região. Na declaração, reforçaram ainda que Brasil e Argentina “têm condições de enfrentar por seus próprios meios os desafios que se apresentam nos campos da defesa e da segurança” e também destacou-se a relevância da União Sul-Americana de Nações (Unasul) para tratar desses assuntos. Além disso, o documento reforçou que acordos militares assinados com outros Estados devem ser acompanhados de garantias formais de respeito à soberania e à estabilidade dos países e também posicionou Brasil e Argentina oficialmente contrários ao reconhecimento do resultado das eleições em Honduras, a menos que o presidente deposto, Manuel Zelaya, seja restituído antes do pleito, posição esta que poderia significar prejuízos nas relações entre Brasil e Estados Unidos. O mesmo jornal ainda apontou que a agência de notícias espanhola *Efe* destacou que Argentina e Brasil pediram garantias formais dos Estados Unidos de que suas ações se limitarão ao território colombiano. (Folha de S. Paulo – Brasil – 19/11/09; Folha de S. Paulo – Mundo – 19/11/09).

8- Deputado federal analisa documento polêmico com relação ao acordo militar entre Estados Unidos e Colômbia

Conforme noticiaram o *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, o deputado federal José Genoíno, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), afirmou que teve acesso a documentos oficiais da Força Aérea dos Estados Unidos que seriam provas de que a ação dos militares norte-americanos na Colômbia – firmada no acordo entre os dois países que ampliou a utilização de bases militares – não se limitaria ao território colombiano, mas atingiria toda a América do Sul. O documento no qual o deputado se baseou para fazer tais afirmações é uma proposta pública de orçamento, disponibilizado no endereço eletrônico do Congresso dos EUA, que também foi publicado na página eletrônica de Genoíno. Em trecho do documento, há passagem que diz que o acordo militar entre Estados Unidos e Colômbia melhora a “Estratégia de Postura de Defesa Global dos EUA”, com oportunidade para “operações de amplo espectro na América do Sul”. De acordo com o *Jornal do Brasil* do dia 20/11/09, o Departamento de Estado Norte-americano confirmou ser verdadeiro o documento apresentado pelo deputado federal José Genoíno. Segundo o diretor do Programa de Segurança para a América Latina do “Center for International Policy” de Washington, Adam Isacson, a versão final do acordo entre os dois países não restringiu explicitamente a atuação do Exército americano ao território colombiano, e, portanto não proibiu operações extraterritoriais, podendo assim operar no restante da América Latina todas as vezes que alegarem direito de auto-defesa, uma vez que o acordo estabelece o “princípio de não-intervenção em assuntos internos de outros Estados”. Ainda de acordo com Isacson a ambiguidade presente no tratado tem por finalidade permitir uma interpretação favorável aos EUA, quando for necessária uma operação mais abrangente na região. Em contrapartida, o porta voz do Departamento de Estado dos EUA, Gregory Adams, afirmou que “este é um acordo bilateral destinado a reforçar a nossa cooperação em segurança na luta contra o tráfico de drogas internacional e o terrorismo na Colômbia. Não há nenhuma outra questão regional ou de abrangência extraterritorial”. Contudo, a polêmica foi estabelecida a partir do documento apresentado por Genoíno, que é anterior ao texto final do acordo e foi utilizado para justificar a destinação de 46 milhões de dólares para as operações na Base Aérea de Palanquero, no centro da Colômbia, que “fornece uma oportunidade para a realização de operações no âmbito total da América do Sul”. O documento analisado por Genoíno chama a América do Sul de “Sub-região crítica” e afirma que “segurança e a estabilidade estão permanentemente ameaçadas pelo narcotráfico patrocinado por organizações terroristas, governos antiamericanos, pobreza endêmica e desastres naturais recorrentes”. Adams respondeu que o documento deve ser interpretado apenas como uma proposta orçamentária e não como diretriz para a atuação norte-americana nas bases colombianas. No entanto, Isacson afirmou que o documento representa “no mínimo, como os EUA retrataram seu papel militar na Colômbia para o Congresso americano”. José Genoíno declarou que “esse documento revela que a amplitude estratégica das bases é muito maior que o simples combate ao narcotráfico.” (Jornal do Brasil – Internacional – 19/11/09; Jornal do Brasil – Internacional – 20/11/09; O Estado de S. Paulo – Internacional – 19/11/09).

9- Governador do Rio conclama ação das Forças Armadas no combate ao tráfico de armas

O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, comentou o caso dos fuzis roubados no Centro de Treinamento Tático de Riberirão Pires, na grande São Paulo, em março de 2009. Cabral afirmou que o tráfico de armas “é uma chaga internacional” e urgiu o trabalho conjunto das Forças Armadas, da Polícia Federal e das demais polícias a fim de identificar os movimentos das quadrilhas. O jornal ainda noticiou que Cabral foi condecorado pela Marinha com a Ordem do Mérito Naval. (*O Estado de S. Paulo – Metrópole – 19/11/09*).

10- Forças Armadas auxiliarão na segurança das provas do Enem

O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que o Exército irá auxiliar na segurança da distribuição das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), devido ao anterior vazamento das questões da prova. O Ministério da Educação teria repassado ao Ministério da Defesa cerca de 1,26 milhões de reais a fim de arcar com as despesas das Forças Armadas. Serão mobilizados, principalmente, o 4º Batalhão de Infantaria Leve e o 2º Batalhão de Polícia do Exército na cidade de São Paulo e arredores, e também participarão do esquema a Polícia Federal, a Marinha e a Aeronáutica. O jornal analisou que este é mais um exemplo de atuação das Forças Armadas em tarefas que não estão sob seu escopo, de acordo com a Constituição Federal do Brasil. (*O Estado de S. Paulo – Vida& - 19/11/09*).

11- Justiça Militar será responsável por julgar crimes ocorridos em decorrência da Lei do Abate

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o Senado Federal aprovou a proposta que altera a competência para julgar crimes culposos, quando o agente não tinha a intenção do resultado, ocasionados pelo abatimento de aeronaves civis utilizadas em atividades ilícitas. A competência será exclusiva da Justiça Militar e não mais da Justiça Comum. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano – 20/11/09*).

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatoriodefesa@gedes.org.br.

***Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed

Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, mestre em Relações Internacionais);
Mariana Nascimento (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Pedro
Henrique Martins (Redator, graduando em Relações Internacionais); Victor
Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).